



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária

Caderno de Prova, Cargo A , Tipo 001

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Discursiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a prova discursiva.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão objetiva que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas das questões objetivas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever toda a prova discursiva no caderno apropriado. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá o total de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e seu caderno de Respostas da Prova Discursiva.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Maio/2006

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto seguinte.

Exclusão social

A humanidade tem dominado a natureza a fim de tornar a vida cada vez mais longa e mais cômoda. Essas vantagens se expandiram para um número crescente de seres humanos. Graças à combinação dessas duas tendências, os homens imaginaram que seria possível construir uma utopia em que todos teriam acesso a tudo: todos, pelas mudanças sociais; a tudo, por causa dos avanços técnicos. No século XX, numa demonstração de arrogância, muitos chegaram a marcar o ano 2000 como a data da inauguração dessa utopia.

Neste início de século, vemos que a técnica superou as expectativas. Os seres humanos dispõem de uma variedade de bens e serviços inimagináveis até há bem pouco tempo, que aumentaram substancialmente a esperança de vida, ampliaram o tempo livre a ser usufruído e ainda oferecem a possibilidade de realizar sonhos de consumo. Mas a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, e uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios. Ainda mais grave: o avanço técnico correu a uma velocidade tão grande que passou a aumentar a desigualdade e a ameaçar a estabilidade ecológica do planeta. A exclusão deixou de ser vista como uma etapa a ser superada: é um estado ao qual bilhões de seres humanos – os excluídos da modernidade – estão condenados.

Na modernidade técnica, o processo social, tanto entre os capitalistas mais liberais quanto entre os socialistas mais ortodoxos, é analisado do ponto de vista econômico, ignorando-se ou relegando-se a um segundo plano os aspectos sociais e os éticos. Já no século XIX, na luta pela abolição da escravidão, Joaquim Nabuco procurava encarar o processo social sob três óticas: a moral, a social e a econômica. Mais de um século passado, é urgente retomar essa visão triangular, se se deseja superar a barbárie da exclusão.

(Cristovam Buarque. **Admirável mundo atual**. S. Paulo: Geração Editorial, 2001, pp. 188 e 328)

1. Neste início de século, vemos que a técnica superou as expectativas.

A afirmação acima, que abre o segundo parágrafo do texto,

- (A) desmente a afirmação anterior de que estariam ocorrendo avanços técnicos significativos ao longo do século XX.
- (B) expande a afirmação anterior de que muitas vantagens tecnológicas estariam atingindo um número crescente de seres humanos.
- (C) confirma a afirmação anterior de que os homens estão sendo capazes de construir uma utopia acessível a todos.
- (D) desmente a afirmação anterior de que a humanidade vem dominando mais e mais as forças da natureza.
- (E) expande a afirmação anterior de que as mudanças sociais estariam beneficiando um número crescente de seres humanos.

- 2. No primeiro parágrafo, a **utopia** de que trata o autor teria como característica essencial
 - (A) o acesso de muitos homens aos benefícios práticos da tecnologia.
 - (B) uma melhor expectativa de vida, independente do estágio da ciência.
 - (C) o desfrute plenamente socializado das conquistas tecnológicas.
 - (D) a proposição de uma nova era tecnológica a partir do ano de 2000.
 - (E) a confiança presunçosa no domínio absoluto do homem sobre a natureza.

- 3. Considere as seguintes afirmações:
 - I. Na expressão *todos teriam acesso a tudo*, o autor dá ênfase ao que há de **absoluto** nas pretensões dos criadores da referida utopia.
 - II. Com a frase *a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo*, o autor denuncia o processo de **exclusão**.
 - III. Com a frase *a exclusão deixou de ser vista como uma etapa a ser superada*, o autor deixa claro que houve, enfim, uma ampla **inclusão** social.

Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma SOMENTE em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) II e III.

- 4. Ao se referir ao escritor Joaquim Nabuco, no terceiro parágrafo, o autor do texto deseja demonstrar que
 - (A) é antiga a luta para que a inclusão social dos oprimidos se dê do modo mais abrangente possível.
 - (B) vem de longe a idéia de que o progresso tecnológico encaminha a solução das questões sociais.
 - (C) aquele escritor, já no século XIX, propunha-se a enfrentar a barbárie do desequilíbrio ecológico do planeta.
 - (D) são antigas as lutas pela abolição do trabalho forçado, caracterizadas pela plena confiança nas vantagens da tecnologia.
 - (E) vem de longe a idéia de que a exclusão social só ocorre quando o avanço tecnológico é pouco relevante.

- 5. A humanidade tem dominado a natureza a fim de tornar a vida cada vez mais longa e mais cômoda. Na frase acima,
 - I. a transposição para outra voz verbal implicará em substituir-se *tem dominado* por *tem sido dominada*.
 - II. a substituição de *A humanidade* por *Os homens* implicará, obrigatoriamente, alteração na voz verbal.
 - III. a expressão *a fim de tornar a vida* tem sentido equivalente ao de *a fim de que a vida se torne*.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) II e III.
 - (E) I e III.

<p>6. Estão plenamente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Segundo o autor, têm ocorrido a combinação de duas vantagens, que se dão quando a longevidade e o conforto humanos se expandem.</p> <p>(B) A velocidade dos avanços tecnológicos que todos temos testemunhado trazem consigo não apenas vantagens, mas a aceleração da exclusão social.</p> <p>(C) Superaram-se, sim, no campo da técnica, todas as expectativas, mas também se registre que as desigualdades sociais se agravaram.</p> <p>(D) Tanto aos capitalistas mais liberais quanto aos socialistas mais ortodoxos parecem de pouca importância o que não diz respeito ao campo estrito da economia.</p> <p>(E) Já se constituem de bilhões de pessoas a parcela da humanidade a que não atendem os benefícios dos avanços tecnológicos.</p>	<p>9. Está correto o emprego de ambas as expressões sublinhadas na frase:</p> <p>(A) O autor do texto, <u>de cuja</u> convicção é que estamos longe do desenvolvimento social, desconfia dos avanços tecnológicos <u>com os quais</u> muita gente demonstra plena admiração.</p> <p>(B) A modernidade técnica, <u>na qual</u> o autor faz suas restrições, não trouxe consigo o desenvolvimento social <u>pelo qual</u> tantos aspiram.</p> <p>(C) Muita gente acredita <u>de que</u> a tecnologia serve a todos, quando o que os fatos têm demonstrado é <u>de que</u> ela acaba servindo aos mesmos privilegiados de sempre.</p> <p>(D) O escritor <u>a cujo</u> nome se faz referência no texto foi um dos expoentes do movimento abolicionista brasileiro, <u>ao qual</u> aderiram muitos outros homens ilustres do século XIX.</p> <p>(E) É tal a velocidade <u>em cuja</u> vêm ocorrendo os avanços tecnológicos que os homens nem têm tempo para pensar nos excluídos, naqueles <u>para quem</u> essa velocidade não beneficia.</p>
<p>7. Está correta a articulação entre os tempos e modos verbais na frase:</p> <p>(A) No século XIX, a luta de muitos abolicionistas incluía, entre as metas que perseguiam, a de que viessem a integrar-se os planos da ética, da economia e do progresso social.</p> <p>(B) Percebeu-se, já na luta dos abolicionistas do século XIX, que eles incluísem entre suas metas a integração que deverá haver entre os planos da ética, da economia e do progresso social.</p> <p>(C) Era de se espantar que muitos abolicionistas do século XIX, que têm incluído entre suas metas um progresso em vários níveis, já consideravam o desenvolvimento sob uma ótica mais complexa do que a nossa.</p> <p>(D) Essa <i>visão triangular</i>, que o autor nos recomenda que retomássemos, consiste em que eram atendidas, simultaneamente, as questões sociais, morais e econômicas.</p> <p>(E) Joaquim Nabuco tinha a convicção de que a almejada <i>visão triangular</i> permitisse que tivessem sido plenamente atendidas todas as necessidades humanas.</p>	<p>10. Há falta ou ocorrência indevida do sinal de crase no período:</p> <p>(A) Não se estenderam os benefícios da tecnologia àqueles que sempre viveram à margem do progresso.</p> <p>(B) Ao pensamento do autor opõem-se àqueles que preferem a exclusividade à universalização dos benefícios trazidos pela tecnologia.</p> <p>(C) É sobretudo à luz da ética e da política que se revela claramente a exclusão que tem sido imposta à grande maioria da população do planeta.</p> <p>(D) Não se devem levar àqueles que estão excluídos informações falsas, como a de que os avanços tecnológicos servem a todas as pessoas.</p> <p>(E) Quando se atribui a não importa quem seja algum direito exclusivo, a essa exclusividade corresponderão muitas exclusões.</p>
<p>8. São evidentes os avanços tecnológicos, ninguém <u>duvida dos avanços tecnológicos</u>, mas <u>não se deve atribuir aos avanços tecnológicos</u> a propriedade de já representarem aquele pleno desenvolvimento social que <u>não cabe aos avanços tecnológicos</u> produzir.</p> <p>Evitam-se as abusivas repetições da frase acima substituindo-se os segmentos sublinhados, respectivamente, por:</p> <p>(A) <u>duvida deles / não se os deve atribuir-se / não lhes cabe</u></p> <p>(B) <u>deles duvida / não se lhes deve atribuir / não lhes cabe</u></p> <p>(C) <u>os duvida / não se deve atribuí-los / não lhes cabe</u></p> <p>(D) <u>duvida deles / não se deve atribuí-los / não os cabe</u></p> <p>(E) <u>deles duvida / não se deve atribuir-lhes / não os cabe</u></p>	<p>11. <i>Mas a história social não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, e uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios.</i></p> <p>Uma outra redação da frase acima, que mantenha a correção da forma e a coerência do sentido, pode ser:</p> <p>(A) Uma parcela considerável da humanidade ficou excluída dos benefícios, tanto assim que a parte que lhe cabia no acordo deixou de ser cumprido pela história social.</p> <p>(B) Conquanto não tenha sido cumprida pela história social o que lhe cabia como parte do acordo, excluiu-se os benefícios de uma parcela considerável da humanidade.</p> <p>(C) Ficou excluída dos benefícios uma parcela considerável da humanidade, uma vez que a história social deixou de cumprir a parte que lhe cabia no acordo.</p> <p>(D) Dado que a história social, que não cumpriu a parte que lhe cabia no acordo, eis que se achou excluída dos benefícios uma parcela considerável da humanidade.</p> <p>(E) Tendo em vista que não cumpriu sua parte no acordo, a história social excluiu do que lhe cabia os benefícios de uma parcela considerável da humanidade.</p>

<p>12. A exclusão é um estado <u>ao qual</u> bilhões de seres estão condenados.</p> <p>Mantém-se a expressão sublinhada na frase acima caso se substitua</p> <p>(A) <i>um estado</i> por <i>um sem-número de circunstâncias desfavoráveis.</i></p> <p>(B) <i>um estado</i> por <i>uma conjunção de fatores.</i></p> <p>(C) <i>estão condenados</i> por <i>se encontram imersos.</i></p> <p>(D) <i>estão condenados</i> por <i>não devem conformar-se.</i></p> <p>(E) <i>estão condenados</i> por <i>se vêem destinados.</i></p>	<p>15. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher de modo correto a lacuna da frase:</p> <p>(A) Desde que (passar) a haver ganhos com o progresso tecnológico, cresceram nossos sonhos de consumo.</p> <p>(B) Quem, entre os bilhões de excluídos, (poder) deixar de sonhar com as miragens do capitalismo?</p> <p>(C) Não sabemos exatamente a quais poderosos (caber) culpar por esse perverso processo de exclusão social.</p> <p>(D) De nada (adiantar), para os excluídos, sonhar com as vantagens de um progresso que não foi planejado para eles.</p> <p>(E) É preciso que se (estender) a quem esteja excluído oportunidades reais de afirmação social.</p>
<p>13. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte comentário sobre o texto:</p> <p>(A) O tema da exclusão, que está no centro desse texto, representa-se em muitas outras páginas do autor, que, entre outros cargos, ocupou o de reitor da UNB.</p> <p>(B) A exclusão é sem dúvida, um tema da modernidade, quando as ilusões da globalização fazem crer que estejamos todos, incluídos no desenvolvimento internacional.</p> <p>(C) Entre as ilusões da modernidade, estão os sonhos de consumo, acalentados por muitos, principalmente, por aqueles que pouco acesso têm, ao mercado globalizado.</p> <p>(D) Quem é que não sonha com mais tempo livre, no entanto, esse é um privilégio reservado aos que desfrutam de fato, dos benefícios do progresso tecnológico.</p> <p>(E) Ter muito tempo livre para os mais pobres, pode significar ter pouco trabalho; menos condições de ganhar seu sustento, ou que dirá de sonhar com o consumo...</p>	<p>16. O número decimal 13 convertido ao sistema básico binário será igual a</p> <p>(A) 1101.</p> <p>(B) 0101.</p> <p>(C) 1011.</p> <p>(D) 1010.</p> <p>(E) 1001.</p> <p>17. Na linguagem da informática, um soquete de conexão para um periférico na placa-mãe de um computador é genericamente conhecido por</p> <p>(A) SDRAM.</p> <p>(B) SLOT.</p> <p>(C) EPROM.</p> <p>(D) STICK.</p> <p>(E) BIOS.</p> <p>18. Para instruir o Windows XP a receber atualizações importantes é necessário acionar o ícone “Atualizações automáticas”, original e diretamente localizado no</p> <p>(A) menu Arquivo do Windows Explorer.</p> <p>(B) menu Configurar.</p> <p>(C) Painel de controle.</p> <p>(D) menu Ferramentas do Internet Explorer.</p> <p>(E) menu Configurações do Painel de controle.</p>
<p>14. A expressão <i>relegando-se a um segundo plano</i>, utilizada no terceiro parágrafo, preencherá adequadamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Passei a me dedicar ainda mais a ela e, meus sonhos mais altos, desisti definitivamente de ir trabalhar no exterior.</p> <p>(B) O diretor da empresa surpreendeu seu assessor , fingindo passar-se por ele, o atrevido.</p> <p>(C) Ele percebeu que as metas traçadas eram ambiciosas demais, e imaginou outras, aquelas que de fato não poderia cumprir.</p> <p>(D) , muitas mulheres, como as da antiga Atenas, vivem por seus maridos e filhos.</p> <p>(E) Há muita gente que, seu pudor, não hesita em proclamar bem alto suas supostas virtudes.</p>	<p>19. A inversão de letras maiúsculas e minúsculas em um texto selecionado pode ser acionada automaticamente no Word, na sua configuração original e padrão, por intermédio do acesso, em primeira instância, ao menu</p> <p>(A) Configurar página.</p> <p>(B) Editar.</p> <p>(C) Ferramentas.</p> <p>(D) Exibir.</p> <p>(E) Formatar.</p> <p>20. É uma opção direta e originalmente disponível em Opções da Internet no menu Ferramentas do Internet Explorer:</p> <p>(A) Código fonte.</p> <p>(B) Localizar.</p> <p>(C) Tela inteira.</p> <p>(D) Limpar histórico.</p> <p>(E) Configurar página.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. As comissões próprias do Poder Legislativo com atribuições, dentre outras, de realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil; e as comissões instituídas durante o recesso parlamentar, eleitas pelas Casas do Congresso Nacional na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, dizem respeito, respectivamente, à Comissão

- (A) especial e mista.
- (B) permanente e representativa.
- (C) mista e parlamentar de inquérito.
- (D) parlamentar de inquérito e permanente.
- (E) representativa e especial.

22. Em matéria de direitos individuais e coletivos, é correto afirmar:

- (A) O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos depende do pagamento de taxa específica mínima.
- (B) O Estado indenizará o condenado por erro judiciário, mas não o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (C) Também são gratuitos, em qualquer situação, para os reconhecidamente pobres, o registro de imóvel e a certidão de casamento.
- (D) São gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (E) É assegurada proteção à reprodução da imagem, mas não a referente à voz humana nas atividades desportivas.

23. No que diz respeito ao controle da constitucionalidade das leis, considere as assertivas abaixo:

- I. A ação direta de inconstitucionalidade compreende quatro modalidades: a genérica, a específica, a supridora de omissão e a inominada.
- II. À vista da Constituição Federal vigente, temos a inconstitucionalidade por ação ou por omissão, e o controle de constitucionalidade é o jurisdicional combinando os critérios difuso e concentrado.
- III. A sentença que decide a inconstitucionalidade na via de exceção tem natureza condenatória e tem eficácia *erga omnes*.
- IV. A sentença que reconhece a inconstitucionalidade por omissão é declaratória quanto a esse reconhecimento, mas não é meramente declaratória porque dela decorre um efeito ulterior de natureza mandamental.

Nesses casos, está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) II e IV.

24. Tendo em vista o Poder Executivo, é INCORRETO afirmar serem atribuições, entre outras, dos Ministros de Estado,

- (A) expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos.
- (B) praticar os atos pertinentes às atribuições que lhes forem outorgadas pelo Presidente da República.
- (C) adotar medidas provisórias, com força de lei, por delegação do Presidente da República.
- (D) referendar atos e decretos assinados pelo Presidente da República.
- (E) atender aos pedidos escritos de informação, feitos pelas Mesas da Câmara dos Deputados ou Senado Federal.

25. No que se refere ao Tribunal Superior Eleitoral, é certo que

- (A) poderá propor ao Poder Legislativo respectivo, observado os limites orçamentários, a alteração do número de membros dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (B) não poderá propor ao Poder Legislativo competente a alteração da organização e da divisão judiciárias, por serem privativas dos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (C) suas decisões, em matéria eleitoral, são irrecorríveis, salvo as concessivas de *habeas corpus* ou mandado de segurança, devendo ser revistas pelo Superior Tribunal de Justiça.
- (D) suas decisões são sempre recorríveis, tendo em vista o princípio do duplo grau de jurisdição e sua atuação no processo eleitoral democrático.
- (E) elegerá seu Presidente, Vice-Presidente e o Corregedor-Geral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

26. É correto afirmar que, em sede de mandado de segurança,

- (A) a autoridade coatora pode ser, dentre outras, os executantes de funções delegadas, mas excluídos os de atividades sujeitas à autorização do Poder Público.
- (B) o mandado de segurança é dirigido contra ato ou poder vinculado, mas não quando tratar-se de discricionário.
- (C) o Supremo Tribunal Federal não é competente para conhecer mandado de segurança contra ato dos Tribunais de Justiça dos Estados.
- (D) a existência de recurso administrativo com efeito suspensivo impede o uso do mandado de segurança contra omissão de autoridade.
- (E) há direito líquido e certo, quando se escuda em lei cujos efeitos foram anulados por outra, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ELEITORAL

27. Tício é Juiz do Tribunal Regional Federal com sede em São Paulo e poderá vir a integrar o

- (A) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) Tribunal Superior Eleitoral, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.
- (C) Tribunal Superior Eleitoral, se for nomeado pelo Presidente da República.
- (D) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for nomeado pelo Presidente da República.
- (E) Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, se for escolhido pelo Tribunal Regional Federal a que pertence.

<p>28. Considere as eleições para</p> <p>I. Câmara dos Deputados. II. Prefeito Municipal. III. Senado Federal. IV. Vice-Prefeito Municipal. V. Assembléias Legislativas. VI. Câmaras Municipais.</p> <p>Obedecerão ao princípio da representação proporcional as indicadas APENAS em</p> <p>(A) II, IV e VI. (B) I, III, V e VI. (C) II, III, IV e V. (D) I, V e VI. (E) I e III.</p>	<p>33. Tício candidatou-se a Vereador. Não conseguiu eleger-se, mas ficou como suplente. Nesse caso, de acordo com o Código Eleitoral brasileiro, Tício</p> <p>(A) receberá diploma expedido pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral. (B) receberá diploma assinado pelo Presidente da Junta Eleitoral. (C) receberá diploma expedido pelo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. (D) receberá certificado expedido pelo Presidente da Junta Apuradora. (E) não receberá diploma, pois não foi eleito Vereador.</p>
<p>29. A respeito do processo das infrações penais definidas no Código Eleitoral brasileiro, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o órgão do Ministério Público não oferecer a denúncia no prazo legal, a comunicação de infração penal será arquivada. (B) Verificada a infração penal, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro do prazo de 10 dias. (C) Recebida a denúncia, o réu ou seu defensor terá o prazo de 3 dias para oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas. (D) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa, abrir-se-á o prazo de 10 dias a cada uma das partes para alegações finais. (E) Das decisões finais de condenação ou absolvição cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral a ser interposto no prazo de 5 dias.</p>	<p>34. Integram a composição do Tribunal Superior Eleitoral dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados</p> <p>(A) pelo Superior Tribunal de Justiça e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal. (B) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Supremo Tribunal Federal. (C) pela Ordem dos Advogados do Brasil e nomeados pelo Presidente da República. (D) pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República. (E) pela Ordem dos Advogados do Brasil e escolhidos, mediante eleição e pelo voto secreto, pelo Superior Tribunal de Justiça.</p>
<p>30. Cabe recurso ordinário das decisões que</p> <p>(A) versarem sobre expedição de diplomas nas eleições estaduais. (B) concederem <i>habeas corpus</i>. (C) concederem mandado de segurança. (D) julgarem procedente recurso contra ato do Juízo Eleitoral. (E) julgarem improcedente recurso contra ato do Juízo Eleitoral.</p>	<p>35. Os partidos políticos</p> <p>(A) podem receber recursos do Fundo Partidário, mesmo que não tenham registrado seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral. (B) são pessoas jurídicas de direito público, pois se destinam a assegurar os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal. (C) podem ser subordinados a entidades estrangeiras, desde que seus estatutos respeitem a soberania nacional. (D) não podem ministrar instrução paramilitar, mas podem adotar uniformes para seus membros. (E) têm autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, e seus estatutos devem ter caráter nacional.</p>
<p>31. O analfabeto</p> <p>(A) pode ser eleito para as Assembléias Legislativas. (B) pode ser eleito para a Câmara dos Deputados. (C) só pode alistar-se se souber ao menos assinar o nome. (D) pode ser eleito Prefeito Municipal. (E) é inelegível para qualquer cargo eletivo.</p>	
<p>32. Petrus, professor efetivo da rede estadual de ensino, e Paulus, diretor de entidade representativa de classe mantida parcialmente com contribuições impostas pelo Poder Público, pretendem candidatar-se a Deputado Estadual. Tício, Delegado de Polícia pretende candidatar-se a Prefeito do Município onde exerce suas funções. Petrus, Paulus e Tício devem afastar-se de seus cargos, respectivamente, até</p> <p>(A) 3 meses antes das eleições. (B) 6 meses, 4 meses e 3 meses antes das eleições. (C) 3 meses, 4 meses e 4 meses antes das eleições. (D) 3 meses, 3 meses e 4 meses antes das eleições. (E) 4 meses, 6 meses e 3 meses antes das eleições.</p>	<p>36. Podem ser nomeados Presidentes e Mesários das Mesas Receptoras, dentre outros, os</p> <p>(A) que pertencerem ao serviço eleitoral. (B) agentes policiais. (C) funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo. (D) professores. (E) parentes de candidatos até o segundo grau, inclusive.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO

37. Objetivando adquirir material destinado à construção civil, o Tribunal Regional de São Paulo, por meio do órgão responsável, instaurou regular procedimento licitatório. Entretanto, nenhum interessado apresentou-se, o que provocou a frustração da disputa. Assim, diante da constatação de que o interesse público sofreria prejuízos irreparáveis ante novo procedimento, a licitação será, em tese,
- (A) revogada, em virtude da verificação de vício quanto ao sujeito.
 - (B) declarada inexigível, hipótese em que o Tribunal contratará diretamente com qualquer fornecedor.
 - (C) dispensável, mantidas todas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório.
 - (D) dispensada, oportunidade em que o Tribunal fixará prazo de 8 (oito) dias para a apresentação de novas propostas.
 - (E) anulada por motivos de conveniência e oportunidade.
-
38. No que tange aos poderes administrativos, o de polícia
- (A) possibilita a anulação de liberdades públicas e o aniquilamento de direitos fundamentais assegurados constitucionalmente.
 - (B) é o que dispõe a Administração Pública para condicionar o uso, o gozo e a disposição da propriedade e o exercício da liberdade dos administrados no interesse público ou social.
 - (C) encontra-se submetido ao princípio da legalidade, mas, por sua natureza, não se submete ao controle jurisdicional.
 - (D) é exclusivamente discricionário, já que a lei estabelece todos os elementos necessários para sua efetivação, e seu controle é restrito ao legislativo.
 - (E) é o que cabe à Administração Pública para apurar e punir internamente as infrações funcionais dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.
-
39. O atributo da presunção de legitimidade garante que um ato administrativo, emitido em desconformidade com o ordenamento jurídico,
- (A) seja executado pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) seja imposto ao seu destinatário, independentemente da respectiva aquiescência, inclusive com exigibilidade coercitiva.
 - (C) reste convalidado pela Administração Pública, ante a comprovação de sua nulidade absoluta, com efeitos *ex nunc*.
 - (D) produza efeitos da mesma forma que o ato válido, enquanto não decretada sua invalidade pela própria Administração ou pelo Judiciário.
 - (E) produza regularmente seus efeitos, enquanto não revogado pelo Poder Judiciário ou pelo Tribunal de Contas.

40. Durante o período eleitoral, o Chefe do Executivo municipal de uma cidade do interior de São Paulo, embora atuando nos limites de sua competência, determinou a construção de uma praça com o objetivo único de valorizar o plano de loteamento de seu correligionário. Diante desta situação, restou caracterizado o
- (A) desvio de finalidade.
 - (B) regular exercício do poder discricionário.
 - (C) excesso de poder.
 - (D) normal exercício do poder vinculado.
 - (E) exercício do poder político insuscetível de apreciação judicial.
-
41. Uma empresa de equipamentos eletrônicos foi contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral para fornecer acessórios a determinadas repartições eleitorais. Após dar início ao pactuado, foi surpreendida com o aumento exacerbado, imprevisto e imprevisível, do imposto sobre importação de produtos estrangeiros incidente sobre um dos componentes de informática, de origem japonesa, essencial ao cumprimento do ajuste. Tal fato, que onerou extraordinariamente os encargos do particular, dificultando sobremaneira a execução do contrato, implica
- (A) rescisão do contrato em virtude da constatação do fato da administração.
 - (B) aditamento do ajuste em razão da constatação da interferência imprevista.
 - (C) rescisão unilateral do contrato pelo particular.
 - (D) alteração unilateral do ajuste pelo particular, ante a ocorrência de força maior.
 - (E) revisão do contrato em virtude da ocorrência do fato do príncipe.
-
42. Com relação à responsabilidade civil do Estado, é correto afirmar:
- (A) As permissionárias prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros de forma subjetiva, com base no risco integral.
 - (B) As empresas públicas exploradoras de atividades econômicas se sujeitam à responsabilidade civil objetiva, com base no risco integral, quando causarem danos a terceiros.
 - (C) Havendo culpa exclusiva da vítima, a responsabilidade civil do Estado deverá ser mitigada, hipótese em que se reparte do *quantum* da indenização.
 - (D) A força maior exclui a responsabilidade civil do Estado, quando descaracteriza o nexo de causalidade entre o evento danoso e o serviço público prestado ao administrado.
 - (E) Os atos comissivos lícitos praticados por agente público, que causem danos ao particular, não ensejam a responsabilização civil da Administração Pública.

DIREITO CIVIL

43. De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação aos alimentos, considere as seguintes assertivas:

- I. Os alimentos serão apenas os indispensáveis à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia.
- II. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais.
- III. Ao credor de alimentos é vedado renunciar o direito a alimentos, sendo, porém, o respectivo crédito suscetível de cessação e de compensação.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

44. Com relação a evicção, é correto afirmar:

- (A) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa, tratando-se de hipótese expressa na legislação brasileira.
- (B) Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, mas não subsiste esta garantia quando a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (C) Podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (D) O evicto em nenhuma hipótese terá direito à indenização pelas despesas dos contratos em razão do princípio legal da liberdade de contratar.
- (E) Se ocorrer evicção parcial não considerável, poderá o evicto optar entre a rescisão do contrato e a restituição da parte do preço correspondente ao desfalque sofrido.

45. A prescrição

- (A) suspensa em favor de um dos credores solidários aproveitará os outros, independentemente da natureza da obrigação.
- (B) da pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa ocorre em dois anos.
- (C) correrá normalmente entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- (D) iniciada contra uma pessoa, em regra, não continua a correr contra o seu sucessor.
- (E) pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

46. De acordo com o Código Civil Brasileiro, com relação aos defeitos do Negócio Jurídico, é certo que:

- (A) O falso motivo não vicia a declaração de vontade, ainda quando expresso como razão determinante.
- (B) O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- (C) Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito, bem como o simples temor reverencial.
- (D) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, mas, em regra, ambas poderão reclamar indenização.
- (E) Ocorrerá estado de perigo quando uma pessoa, por inexperiência, se obriga à prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

47. Considere as seguintes assertivas sobre os PRAZOS, nos termos do Código de Processo Civil:

- I. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- II. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- III. As partes podem, de comum acordo, prorrogar os prazos peremptórios; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, se fundar em motivo legítimo.
- IV. O prazo estabelecido pela lei ou pelo juiz é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

48. No que concerne à coisa julgada, é correto afirmar:

- (A) Não está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União quando ela estiver fundada em Súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (B) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição a sentença proferida contra a União se houver condenação de valor certo igual a 50 (cinquenta) salários mínimos.
- (C) É possível a discussão pelas partes, no curso do processo de questões já decididas, a cujo respeito operou-se a preclusão.
- (D) Os motivos de uma sentença, importantes para determinar o alcance da parte dispositiva, em regra, fazem coisa julgada.
- (E) De acordo com o Código de Processo Civil, denomina-se coisa julgada formal a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário e extraordinário.

49. No que concerne às nulidades processuais, segundo o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- (A) Anulado o ato, reputam-se de nenhum efeito todos os subsequêntes, que dele dependam; todavia, a nulidade de uma parte do ato não prejudicará as outras, que dela sejam independentes.
- (B) A nulidade dos atos processuais deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, ainda que haja prova de legítimo impedimento, sob pena de preclusão.
- (C) Quando a lei prescrever determinada forma, sob pena de nulidade, a decretação desta não pode ser requerida pela parte que deu causa.
- (D) Quando a lei prescrever determinada forma, sem cominação de nulidade, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.
- (E) Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a declaração de nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato, ou suprir-lhe a falta.

50. Considere as seguintes assertivas:

- I. Excepcionalmente, o juiz poderá nomear curador especial ao réu incapaz que tenha representante legal.
- II. O juiz deverá nomear curador especial ao réu citado por hora certa que não apresentar contestação no prazo legal.
- III. O Município será representado em juízo, ativa e passivamente, por seu Procurador ou Prefeito.
- IV. Nas ações em que o espólio for parte, os herdeiros nunca figurarão no pólo ativo ou passivo da demanda, pois serão representados em juízo pelo inventariante.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e IV.

DIREITO PENAL

51. No crime de

- (A) desobediência, a consumação ocorre, na forma omissiva, quando o agente pratica o ato do qual devia abster-se; na forma comissiva, quando o sujeito devia agir e não o faz no lapso de tempo determinado, não se admitindo, em qualquer caso, a tentativa.
- (B) concussão, por ser de natureza material, a consumação ocorre com a efetiva percepção da vantagem indevida.
- (C) advocacia administrativa não se admite a tentativa.
- (D) resistência, a consumação ocorre com a prática da violência ou ameaça, sendo dispensável o resultado pretendido pelo agente, que é a não-execução do ato legal que, se ocorrer, apenas qualifica o delito.
- (E) corrupção ativa, a sua consumação ocorre com solicitação da vantagem ou aceitação da promessa, ainda que esta não se concretize e, por ser de natureza material, admite a tentativa.

52. Com relação ao concurso de crimes, é correto que,

- (A) reconhecido o crime continuado, as penas de multa serão aplicadas distinta e integralmente, não se obedecendo ao sistema de exasperação, destinado somente às penas privativas de liberdade.
- (B) no concurso formal heterogêneo, o agente com duas ou mais ações provoca dois ou mais resultados, hipótese em que será aplicada a pena do crime mais grave, aumentada de um terço até dois terços.
- (C) concorrendo no concurso material e no formal, uma contravenção e um crime punido com detenção ou reclusão, a pena de prisão simples imposta será primeiramente cumprida, e sucessivamente as demais.
- (D) havendo continuação em crimes praticados com violência, não bastando a grave ameaça, ainda que contra uma única pessoa, o juiz deverá aumentar a pena do crime-base até o triplo, observado o limite máximo de trinta anos.
- (E) quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responderá por culpa, se o fato for previsto como crime culposos.

53. Considere:

- I. Dentre outros, constitui efeito penal secundário da condenação a interrupção da prescrição da pretensão executória quando caracterizar a reincidência.
- II. Sendo a responsabilidade civil independente da criminal, faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em legítima defesa ou em estado de necessidade, dentre outras.
- III. A extinção de punibilidade por qualquer causa, mesmo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, exclui seu efeito secundário de obrigar o sujeito à reparação do dano.
- IV. A reabilitação tem como efeito, além de outros, extinguir a condenação anterior para o efeito da reincidência.
- V. Decorrido o prazo de cinco anos, contados a partir da prática do crime anterior, a nova condenação, por não caracterizar a reincidência, não acarreta a revogação da reabilitação.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) II, III e V.
- (C) I, IV e V.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

54. De acordo com o Código de Processo Penal, no que concerne ao Inquérito Policial, é correto afirmar:

- (A) O inquérito policial deverá terminar no prazo de quinze dias, se o indiciado estiver preso, ou no prazo de quarenta dias se estiver solto.
- (B) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá ser iniciado.
- (C) O Ministério Público não pode requerer a devolução do inquérito Policial à Autoridade Policial senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (D) Se nenhum fato criminoso for apurado, a Autoridade Policial poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial.
- (E) Nos crimes de ação privada, a Autoridade Policial poderá proceder à inquérito policial de ofício, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

55. Nos crimes em que se procede mediante ação penal pública condicionada a representação, falecendo a vítima, o direito à representação passará
- (A) ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
 - (B) ao Representante do Ministério Público, que poderá ajuizar ação penal imediatamente.
 - (C) apenas ao cônjuge e ao ascendente e, na falta de ambos, será nomeado um advogado para exercer a função de curador especial.
 - (D) apenas ao cônjuge, ascendente ou descendente e, na falta deles, será nomeado um advogado para exercer a função de curador especial.
 - (E) apenas ao cônjuge e ao descendente e, na falta de ambos, será nomeado um advogado para exercer a função de curador especial.

56. Considere as seguintes proposições:

- I. A omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato é causa de nulidade relativa e pode ser sanada se a parte, ainda que tacitamente, tiver aceito os seus efeitos.
- II. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao Juiz competente.
- III. Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- IV. A ausência de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios é causa de nulidade absoluta e jamais poderá ser suprida pela prova testemunhal.

De acordo com o Código de Processo Penal, é correto o que consta APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e IV.

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

57. Com relação ao provimento de cargo público, de acordo com a Lei nº 8.112/90, considere as seguintes assertivas:

- I. As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros.
- II. A reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução são formas de provimento de cargo público.
- III. O concurso público terá validade de até um ano, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) III.
- (E) II.

58. De acordo com a Lei nº 8.112/90, a ação disciplinar, com relação às infrações puníveis com demissão e suspensão, prescreverá, respectivamente, em

- (A) seis anos e três anos.
- (B) três anos e um ano.
- (C) um ano e três anos.
- (D) quatro anos e dois anos.
- (E) cinco anos e dois anos.

REGIMENTO INTERNO TRE-SP

59. Compete ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo processar e julgar, dentre outras, originariamente,

- (A) o mandado de segurança em matéria administrativa contra seus atos, de seu Presidente, de seus Membros, do Corregedor, dos Juizes Eleitorais e dos Membros do Ministério Público Eleitoral de primeiro grau.
- (B) as ações de impugnação de mandato eletivo municipal e estadual, excetuados os cargos de Deputado Federal, de Senador e de Presidente da República.
- (C) os pedidos de *habeas data* e mandados de injunção, exclusivos dos partidos políticos, nos casos previstos na Constituição Estadual, quando versarem sobre matéria penal, eleitoral e administrativa.
- (D) o registro e o cancelamento do registro de candidatos a Presidente da República, Senador, Governador e Vice-Governador.
- (E) as representações relativas a obrigações impostas por resolução aos candidatos aos pleitos, quanto à sua contabilidade, apuração da origem dos recursos e às prestações de contas referentes aos recursos empregados na campanha eleitoral federal, estadual ou municipal.

60. Nos termos do Regimento Interno do TRE/SP, os Juizes e seus substitutos servirão obrigatoriamente por dois anos e, facultativamente, por mais um biênio. Assim, é correto afirmar que

- (A) o Presidente comunicará à OAB/SP, até trinta dias antes do término do biênio de Juiz da classe de advogados, para a indicação de novo nome após escolha em lista tríplice.
- (B) haverá necessidade de nova posse quando ocorrer interregno do exercício entre o primeiro e o segundo biênios, hipótese em que, porém, será contado o período já exercido, para efeito de antiguidade.
- (C) o Corregedor Eleitoral comunicará o Presidente, até noventa dias antes do término do biênio de Juiz da classe de magistrados, ou imediatamente depois da vacância do cargo, para a indicação em lista tríplice.
- (D) o biênio será contado ininterruptamente a partir da data da nomeação, considerado, em qualquer hipótese, o desconto do tempo de afastamento a critério do Tribunal.
- (E) o substituto, ocorrendo vaga do cargo de um dos Juizes do Tribunal, permanecerá em exercício até a data da eleição do novo Juiz efetivo, ainda que ocorrer o vencimento do seu biênio.

